

Diferencial de Ganhos entre Migrantes e não Migrantes em Minas Gerais

Luiz Carlos Day Gama¹
Ana Maria Hermeto²

RESUMO

Este estudo analisa as causas dos diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes no estado de Minas Gerais. São estimadas regressões quantílicas, com os resultados destas estimativas, são realizadas decomposições de diferenças, pelo método de Junh, Murphy e Pierce. Os resultados indicam que: i) existe desigualdade de rendimentos em favor dos migrantes, tendo crescido entre 2000 e 2010; ii) diferenças são explicadas de forma diferenciada em cada quantil; iii) efeitos não observados são importantes para explicar as desigualdades; iv) entretanto, as duas fontes principais de diferenças são: habilidades observadas e retorno maior aos migrantes a estas habilidades observadas.

Palavras-chave: Migrantes; Minas Gerais; Decomposição de Diferenças; Desigualdade de Rendimentos.

Área Temática: 3 - Demografia

¹ Doutorando em Economia do Cedeplar/UFMG e bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Professora-associada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/Face/UFMG) e bolsista em produtividade no Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1. INTRODUÇÃO

Diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes representam um fenômeno que ocorre no Brasil, e o estado de Minas Gerais não foge à regra. As profundas transformações pelas quais o Brasil passou nos últimos anos – especialmente a queda na desigualdade de renda - podem ter modificado o processo migratório e também os retornos às escolhas dos trabalhadores, dado que, como argumenta Soares (2010), a renda do trabalho tenha sido mais importante para queda da desigualdade do que a renda de transferências (IPEA, 2006; SOARES, 2010). Utilizando como indicador o índice de Gini, temos que em 2001 seu valor era de 0,592, passando para 0,538 em 2009. Desta forma, tem-se por objetivo neste trabalho analisar como se encontram os diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes, dadas estas modificações. Neste contexto, a migração é entendida neste trabalho como uma decisão familiar e relacionada a motivos econômicos, da forma como é desenvolvida por Borjas (2004).

Para tanto, primeiramente são estimadas regressões quantílicas, para os percentis 10, 25, 50, 75 e 90. A partir destas estimativas, é aplicada uma metodologia de análise contrafactual para cada quantil, a decomposição de Junh, Murphy e Pierce. Como aponta Ulyssea (2007), trata-se de um método paramétrico, em que se é possível obter distribuições contrafactuais, que permitem decompor a desigualdade de rendimentos nos chamados efeitos-preço, efeitos quantidade e efeitos não-observáveis. Aqui, o diferencial de rendimentos não explicados não é entendido como devido a uma discriminação no mercado de trabalho, mas sim, a habilidades não observadas.

O intuito é obter distribuições contrafactuais dos rendimentos que permitam identificar a contribuição de determinados fatores para os diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes. A questão a ser respondida é: os efeitos não observados contribuem para o aumento do diferencial de rendimentos ou para uma queda?

Os resultados mostram que habilidades não observadas são importantes para explicar diferenciais de rendimentos e seus efeitos são diferenciados quando se comparam diferentes percentis. Porém, os diferenciais são explicados principalmente pelas habilidades observadas e o retorno a estas habilidades.

O restante deste trabalho está organizado da seguinte maneira. A seção 2 apresenta a revisão da literatura com alguns fatos estilizados. Na seção 3, apresenta-se a metodologia utilizada para a análise que o artigo propõe. Na seção 4 são discutidos os resultados. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE MIGRAÇÃO

Um dos estudos pioneiros sobre migração é o de Sjaastad (1962), em que o autor afirma que um trabalhador ao migrar enfrenta custos monetários e não-monetários. Sjaastad percebe o processo migratório do mesmo modo que formação educacional, ou seja, um investimento por parte do indivíduo. Sabe-se que quanto maior o salário auferido por um trabalhador em uma dada localidade, menor a probabilidade de que ele largue seu emprego e migre para outra região. Porém, quanto maior a renda total do trabalhador, mais condições ele possui para financiar sua migração, podendo assim aumentar a probabilidade de que ele migre (PEREIRA, 2000).

Basker (2003), analisando a migração interna nos Estados Unidos, concluiu que a mobilidade é positivamente relacionada com a educação e negativamente com a idade, ou seja, quanto mais qualificado maior a probabilidade de o indivíduo migrar e quanto mais velho menores as chances. Borjas (1987) e Dustmann e Glitz (2011) argumentam que os migrantes são positivamente selecionados com relação às características não mensuráveis, ou seja, apresentam uma propensão maior a migrar e, em média, melhores características não observáveis³ que os não migrantes. Desta forma, são capazes de arcarem com os custos de migrar, e contribuiriam para um aumento de produtividade no local de destino e para uma redução no local de origem. Logo, é provável que as regiões que recebem os migrantes fiquem em melhores condições, e a migração estaria contribuindo para um aumento da divergência de renda, já que estas regiões são as mais ricas. Freguglia (2007) também segue essa linha e afirma que os migrantes não são uma amostra aleatória da população nas localidades de origem e aumentos salariais após a migração podem estar refletindo habilidades não observadas que os tornam mais produtivos. O impacto sobre a região de destino dependeria, assim, das diferenças de habilidades entre os migrantes e os não migrantes.

Nem todos os trabalhos apontam para a seleção positiva dos migrantes. Axelsson e Westerlund (1998), ao analisarem o impacto da migração sobre os rendimentos de famílias suecas, utilizando dados em painel para o período 1980-1990, encontram que a migração não exerce impacto significativo sobre os rendimentos. Além disso, os autores não rejeitam a hipótese de não existência de autoseleção dos migrantes. Os autores fazem uma crítica aos trabalhos que tratam da autoseleção dos migrantes que consideram apenas um membro da família na análise e contribuem para a literatura incluindo a renda de toda a família.

Borjas (2004) afirma que a migração é sempre guiada pelos mesmos motivos: trabalhadores almejam melhorar suas condições econômicas, e as firmas em contratar trabalhadores com maior qualificação. Ainda, segundo o autor, dado que a migração é tratada como um investimento em capital humano, é de se esperar que os indivíduos mais jovens sejam mais propensos a migrar, uma vez que possuem maior tempo para recuperar o investimento, e, também, sejam mais educados, pois indivíduos com maior qualificação observam de maneira mais correta as oportunidades em outras regiões e, desta forma, o custo de migrar é reduzido.

A teoria neoclássica diz que quando em uma região a oferta de mão de obra é elevada e o capital é escasso, os indivíduos tendem a tomar a decisão individual de migrar para regiões em que a demanda por trabalho esteja elevada e o capital seja

³Como exemplos de características não observáveis, podemos destacar as habilidades e a produtividade de um indivíduo.

abundante. Dessa forma, os diferenciais de salários são considerados na literatura econômica tradicional o principal fator que leva um trabalhador a migrar. É de se esperar que os trabalhadores migrem de regiões onde os salários são menos elevados para regiões onde são mais elevados. Há no mercado de trabalho brasileiro muitos diferenciais salariais não explicados, ocorrendo diferenciais até mesmo para indivíduos com mesma qualificação.

Entretanto, Segundo Sasaki e Assis (2000), algumas pesquisas têm desafiado suposições e conclusões da teoria neoclássica, entre elas a de que a decisão de um indivíduo migrar não seria uma decisão individual, mas sim uma decisão em conjunto, uma decisão em família, não estando apenas relacionada a fatores pecuniários. Neste trabalho assume-se que a decisão é familiar e por isso, como será visto adiante, variáveis relacionadas às características familiares são utilizadas como controles nas estimativas.

Com relação a literatura nacional, Santos e Ferreira (2007), utilizando dados das PNADs de 1999 e 2003, testaram a hipótese de que os migrantes são positivamente selecionados. Primeiramente, os autores estimam uma equação minceriana para o logaritmo do salário e, posteriormente, constroem contrafactuais para analisar a renda no Brasil com e sem os migrantes. Os resultados encontrados apontam que a renda média no Brasil cai quando são excluídos os migrantes⁴ e os estados que recebem os migrantes apresentam aumentos na renda média, com exceção do Espírito Santo e de São Paulo. Gama e Machado (2014), utilizando dados dos Censos 2000 e 2010, também encontram evidências que apontam que os migrantes são positivamente selecionados no Brasil.

Batista e Cacciamali (2009) analisam o diferencial de ganhos por gênero, em um contexto de migração e mostram, por intermédio dos dados da PNAD de 2005, que os migrantes ganham mais que os não migrantes para ambos os sexos, sendo o diferencial de ganhos por gênero maior para os migrantes em comparação aos não migrantes, corroborando a hipótese de que as mulheres são negativamente selecionadas em relação aos homens, quando decidem migrar. Os homens se encontram em melhor situação que as mulheres em todas as parcelas da decomposição: características específicas, atributos e valoração do mercado. Por fim, além da participação feminina no mercado de trabalho estar aumentando, o percentual de migrantes do sexo feminino também vem crescendo em todo mundo (HOLST *et al.*, 2008).

Além do já mencionado nesta seção, várias outras características individuais e familiares interferem na decisão de um indivíduo migrar, como renda, educação, número de filhos, etc. É importante que se leve em consideração tais atributos ao mensurar os diferenciais de rendimentos entre os grupos a serem analisados.

⁴ É consenso ser utilizado na análise apenas indivíduos entre 20 e 70 anos, ou intervalos próximos deste, pois deseja-se captar apenas aqueles indivíduos que migraram por motivos econômicos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Regressão Quantílica

Regressões quantílicas são utilizadas para avaliar como os quantis de uma variável dependente, aqui o logaritmo do rendimento mensal, mudam em resposta a um conjunto de variáveis independentes. Em outras palavras, permitem analisar o impacto das variáveis explicativas nos diferentes pontos da distribuição condicional da variável dependente, o que possibilita explorar uma maior quantidade de informação presente nos dados, importante em situações em que o comportamento médio é pouco representativo. Diferente da regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO), que estima apenas o efeito médio do impacto de uma variável na distribuição condicional de outra variável dependente. Desta forma, regressões quantílicas são mais robustas em resposta a presença de *outliers*.

Esta técnica foi introduzida por Koenker e Basset (1978). Considere-se $(y_i, x_i), i = 1, \dots, n$, uma amostra de uma população qualquer, onde x_i é um vetor de $(K \times 1)$ variáveis explicativas e y_i é a variável dependente. O θ -ésimo quantil de y é definido como:

$$F^{-1} = \inf\{y: F(y) \geq \theta\} \quad (1)$$

Onde F é a função de distribuição (não condicionada) de y . Para o caso de uma relação linear entre y e x , temos:

$$y_i = x_i' \beta + \mu_i \quad (2)$$

onde β é um vetor de parâmetros. Desta forma, tem-se os quantis condicionais da distribuição de y , definidos a partir dos quantis da distribuição dos erros:

$$\Pr(y_i \leq y/x_i) = F_{\mu_\theta} \left(y - \frac{x_i' \beta_\theta}{x_i} \right), i = 1, \dots, n. \quad (3)$$

A partir da equação (3) define-se a função quantílica por:

$$Q_\theta(y_i/x_i) = x_i' \beta_\theta + F_\mu^{-1}(\theta) \quad (4)$$

Na regressão quantílica, os quantis devem ser analisados como incondicionais, como a solução de um problema de maximização. Sendo assim, o estimador $\hat{\beta}_\theta$ da regressão quantílica (equação 4) é definido com a solução da seguinte função objetivo:

$$\min \frac{1}{n} \sum_{i: y_i \geq x_i \beta} \theta |y_i - x_i \beta| + \sum_{i: y_i < x_i \beta} (1 - \theta) |y_i - x_i \beta| = \min \frac{1}{\beta} \sum_{i=1}^n \rho_\theta(y_i - x_i \beta) \quad (5)$$

É válido ressaltar que, diferentemente do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), aqui há minimização de valores absolutos. O modelo especifica a função quantil condicional da variável dependente y , dada a matriz de regressores X como:

$$Q_y(\theta|X) = X\beta(\theta), \text{ onde } \theta = [0,1] \quad (5)$$

Como argumenta Buchinsky (1998), a regressão quantílica apresenta características que a tornam extremamente interessante: i) os modelos podem ser usados para caracterizar toda a distribuição condicional de uma variável resposta dado um conjunto de regressores; ii) a função objetivo da regressão quantílica é uma soma ponderada de desvios absolutos, fornecendo uma medida de locação robusta, de modo que o vetor de coeficientes estimado não é sensível a observações extremas na variável dependente; iii) quando os erros não seguem a distribuição normal, os estimadores de regressão quantílica podem ser mais eficientes que os estimadores de mínimos quadrados; iv) soluções diferentes para quantis distintos podem ser interpretados como diferenças na resposta da variável dependente às mudanças nos regressores em vários pontos da distribuição condicional da variável dependente.

No caso de estimação de diferencial de salários, a regressão quantílica é uma ferramenta interessante, pois permite a análise intragrupo da desigualdade de salários, medida pela diferença entre quantis condicionais (BUCHINSKY, 1994).

No presente trabalho, a mesma regressão é estimada para os percentis 10, 25, 50, 75 e 90, para avaliar o comportamento dos diferenciais de rendimento entremigrantes e não migrantes ao longo dos diferentes percentis da distribuição dos rendimentos.

3.2. Decomposição de Juhn, Murphy e Pierce (JMP)

A decomposição de Oaxaca_Blinder consiste em um método que explica diferenciais de rendimentos em características individuais (efeitos de características), diferenças nos coeficientes das equações de salários (efeitos de coeficientes) e diferenças nos resíduos (efeitos de resíduos). Tal método vem amplamente sendo utilizado para se entender diferenças salariais por gênero e raça, em que os efeitos de coeficientes são usualmente interpretados como medidas de discriminação (YUN, 2009). No presente trabalho, como a hipótese é que efeitos não observáveis afetam a diferença de ganhos entre migrantes e não migrantes, a decomposição de Oaxaca não é a melhor ferramenta, pois não é possível separar o efeito “discriminação” do efeito de características não observáveis.

Juhn, Murphy e Pierce (Juhn *et al.*, 1993) ampliaram a decomposição de Oaxaca-Blinder para outras características da distribuição, sendo possível, neste caso, observar o efeito de habilidades não observáveis sobre o diferencial de ganhos entre migrantes e não migrantes. Tal metodologia, conhecida como decomposição de Juhn, Murphy e Pierce (JMP) é utilizada para decompor diferenciais de rendimentos e que enfatiza o papel de mudanças na distribuição relativa de cada grupo adotando como hipótese a divergência salarial. Além disso, pode-se operacionalizá-la ao longo dos quantis de uma distribuição e entre medidas de desigualdade, incorporando à decomposição o termo de erro, que supostamente é nulo na média, mas diferente de zero nos quantis (RODRIGUES, 2009).

A decomposição de JMP será aplicada aos resultados das estimativas das regressões quantílicas. Em outras palavras, para cada percentil analisado (10, 25, 50, 75

e 90) será aplicada uma decomposição pelo método em questão, entre migrantes e não migrantes. A seguir, a formalização do método é sumariamente descrita, baseada em Juhn *et al.* (1993).

Como afirmado anteriormente, o intuito é comparar os rendimentos do grupo migrantes (M) com os rendimentos dos nativos (N). Pode-se representar a equação da seguinte maneira:

$$Y_i = X_i\beta_k + u_i \quad (6)$$

onde Y_{it} é o logaritmo do rendimento do indivíduo pertencente ao grupo i (pode ser M ou N), X_{it} é um vetor de características individuais, e u_i é o componente do erro não explicado.

Seguindo a decomposição de Oaxaca, pode-se decompor a média de diferenças de rendimentos entre os grupos M e N da seguinte forma, como apresentado em Yun (2009):

$$\bar{Y}_M - \bar{Y}_N = (\bar{X}_M - \bar{X}_N)\beta_M + \bar{X}_N(\beta_M - \beta_N) + (\bar{\varepsilon}_M - \bar{\varepsilon}_N) \quad (8)$$

Onde os três componentes representam, respectivamente, os efeitos de características, os efeitos de coeficientes e os efeitos de resíduos. Os efeitos de características são chamados de efeitos-quantidade, e são relacionadas às características produtivas dos trabalhadores, como educação e experiência; os efeitos de coeficientes são chamados de efeitos-preço, e medem os retornos às características observáveis; já os resíduos captam a parcela que é atribuída a fatores não-observáveis que afetam a remuneração.

Se o intuito é captar as habilidades não observadas, a equação (7) não pode ser estimada via Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), pois assume-se que $\bar{\varepsilon}_i = 0$. Logo, JMP propõe uma decomposição em que é possível analisar as habilidades não observadas mesmo que MQO seja aplicado.

Os autores assumem que o retorno às características individuais é o mesmo para ambos os grupos M e N ($\beta_M = \beta_N$), e, constrói-se uma função de rendimentos auxiliar para o grupo N:

$$Y_N = X_N\beta_M + U_N \quad (8)$$

Utilizando esta função de rendimentos auxiliar para o grupo N, JMP propõe a seguinte equação de decomposição:

$$\bar{Y}_M - \bar{Y}_N = (\bar{X}_M - \bar{X}_N)\beta_M - \bar{U}_N = (\bar{X}_M - \bar{X}_N)\beta_M - \bar{\theta}_B^*\sigma_M \quad (9)$$

Onde σ_M é o desvio padrão do resíduo (ε_M) e $\bar{\theta}_B^* = \bar{U}_N/\sigma_M$.

O primeiro e segundo termos do lado direito da equação (9) representam os diferenciais predito e residual, respectivamente. Assume-se que o diferencial residual é relacionado com a distribuição de habilidades não observáveis, sendo idêntico ao efeito de coeficientes do modelo de Oaxaca, se MQO é usado.

3.3. Dados

Para a estimativa dos modelos propostos, dados dos Censos 2000 e 2010 são utilizados. O Censo é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ocorre a cada 10 anos. O período de coleta do Censo 2010 foi de 1º de agosto a 31 de outubro de 2010. Ao todo foram recenseadas 185.712.713 pessoas em todo o território nacional. Já para o Censo de 2000, o período de coleta teve início em 1º de agosto de 2000 e terminou em 30 de novembro do mesmo ano. Neste trabalho, os dados são restringidos para o estado de Minas Gerais.

Para uma estimativa correta do diferencial de rendimentos entre migrantes e não migrantes, é necessária uma seleção na amostra, ou seja, são necessários alguns filtros nos dados. Em primeiro lugar, a amostra selecionada é composta apenas por indivíduos com idade entre 25 e 65 anos, pois o intuito é captar aqueles que optam por migrar por decisões econômicas. Indivíduos jovens muitas vezes não tomam a decisão por migrar, mas sim fazem parte de uma decisão tomada pelo chefe do domicílio, além do fato de não terem tido a chance de completar o ensino superior, variável importante para determinar diferenças de rendimentos. Já as pessoas com mais de 65 anos, dificilmente migram pensando em possibilidades de emprego na região de destino.

As variáveis relacionadas à renda em 2000 foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os patamares de julho de 2010. Indivíduos com rendimento no trabalho principal acima de R\$300.000,00 foram excluídos da amostra, pois, por se tratarem de *outliers*, podem elevar a média de um determinado grupo levando a conclusões incorretas. Obviamente, por se tratar de um estudo que analisa diferenciais de rendimentos, apenas aqueles com rendimentos positivos foram incluídos. A variável cor também passou por filtragem, onde amarelos, indígenas e indivíduos que não declaram nenhuma cor foram excluídos, pois eram pouco representativos. Também foram excluídos aqueles indivíduos cujo nível de instrução era indeterminado.

Para a criação da *dummy* de migração, é necessário decidir qual conceito de migrante pretende-se utilizar. Primeiramente, são consideradas tanto as migrações intra-estaduais quanto as interestaduais. Ademais, opta-se por utilizar a classificação em que migrantes são aqueles indivíduos que realizaram o movimento nos últimos cinco anos. Portanto, não migrantes são aqueles indivíduos que residem no mesmo município há pelo menos cinco anos, independentemente se nasceram ou não em tal cidade. Além disso, três tipos de migrantes podem ser considerados: migrantes de única etapa (realizaram apenas um movimento e viviam em uma localidade diferente em 1995 e 2000, para os dados de 2000; viviam em uma localidade diferente em 2000 e 2010, para os dados de 2010), migrantes progressivos (realizaram mais de um movimento no período de cinco anos e moravam em localidade diferente da origem do primeiro movimento) e migrantes de retorno (viviam na mesma localidade em 1995 e 2000, 2005 e 2010 para os dados de 2000 e 2010, respectivamente, porém realizaram um movimento no período). Em trabalho recente, com as mesmas bases, Gama (2014) encontrou evidências de que migrantes de única etapa e migrantes de retorno recebem melhores rendimentos que os não migrantes e são positivamente selecionados com relação às características observadas e não observadas. Porém, o autor também encontrou que apesar dos maiores rendimentos, muitos destes migrantes retornam para sua localidade pois almejam corrigir um erro, que foi o primeiro movimento. Logo, se assemelham mais a nativos que aos migrantes, dado o curto espaço de tempo. Portanto, para o entendimento do diferencial de ganho entre migrantes e não migrantes, e dadas as hipóteses já mencionadas, apenas migrantes de única etapa e progressivo são considerados. Os migrantes de retorno são excluídos de nossa análise.

Com isso, em 2000, a amostra é composta por 842.530 indivíduos. Em 2010, a amostra é composta por 803.534 observações. As variáveis utilizadas como controle são: *dummy* de sexo que é igual a 1 se for feminino e 0 se for masculino; *dummy* de cor, sendo igual a 1 para brancos e 0 para não brancos (pardos e pretos); categórica que define nível de instrução (sem instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; e superior completo); idade; idade ao quadrado; status conjugal (vive com cônjuge; não vive, mas já viveu; e nunca viveu); categórica que define posição na ocupação (trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; empregado com carteira de trabalho assinada; empregado sem carteira de trabalho assinada; empregador; e conta-própria); *dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo reside em área metropolitana e 0 do contrário; e uma *dummy com valor 1* se o trabalhador reside em área rural e 0 do contrário.

4. RESULTADOS

Para a obtenção das estimativas são utilizados os microdados da amostra dos Censos de 2000 e 2010. Primeiramente, são apresentadas estatísticas descritivas, posteriormente as estimativas via regressões quantílicas. Por fim, são apresentados os resultados para as estimativas por decomposição de diferenças.

4.1. Estatísticas Descritivas

Em 2000, como pode ser observado na tabela 1, em torno de 10% da amostra é composta por migrantes, 55,4% brancos, 36,9% mulheres, 20,5% tinham ensino médio completo ou superior incompleto, 7,2% tinham o ensino superior completo, 36,2% viviam em alguma das regiões metropolitanas de Minas Gerais, 14,9% viviam em áreas rurais e 48,7% dos trabalhadores entre 25 e 65 anos eram casados. Analisando a mesma tabela, percebe-se a ocorrência de algumas mudanças 10 anos depois, para os dados do Censo 2010. O percentual de migrantes caiu consideravelmente, podendo ser resultado de dois fenômenos: uma queda geral dos movimentos migratórios no Brasil, como aponta Gama (2014), ou, pode também ser efeito de uma menor atratividade do estado de Minas Gerais em relação a outros estados. Estas questões não são abordadas no presente trabalho.

Com relação às outras variáveis, a tabela 1 mostra que houve aumento da participação de pretos e pardos na população ocupada, sendo que os brancos deixaram de ser maioria, tendo uma participação de aproximadamente 48%. As mulheres também ganharam espaço no período, sendo em 2010 responsáveis por 41,7% da população ocupada, ganho de aproximadamente 5 pontos percentuais. A educação também apresenta melhora no período, sendo que o percentual daqueles que possuem ensino superior dobrou entre 2000 e 2010. O percentual indivíduos vivendo com cônjuges cresceu no período. Com relação à renda do trabalho, observa-se que esta teve crescimento real considerável no período, em torno de 41%. Por fim, houve crescimento do percentual de trabalhadores residindo em áreas urbanas e queda em áreas rurais.

Tabela 1 - Descritivas (%) para 2000 e 2010

Ano	2000	2010
Migrantes	10,03	7,41
Branco	55,4	47,96
Mulheres	36,92	41,73
Ensino Médio	20,48	26,98
Ensino superior	7,22	14,43
Vive com cônjuge	57,47	67,30
Renda do trabalho*	936,44	1318,117
Região Metropolitana	31,62	33,72
Rural	14,94	11,14

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos 2000 e 2010.

* Única variável representada pela média, em reais.

Grande parte da literatura defende que os migrantes são positivamente selecionados e, por isso, são mais bem remunerados que os não migrantes. A comparação entre os rendimentos e escolaridade entre migrantes e não migrantes é apresentada na tabela 2. São também apresentados dados por cor e gênero, dada a discriminação no mercado de trabalho brasileiro, já amplamente debatida pela literatura.

A tabela 2 mostra que os rendimentos do trabalho percebidos por migrantes, são, em média, maiores do que os dos não migrantes, e, essa diferença apresentou crescimento expressivo entre 2000 e 2010. Se, em 2000, a diferença entre os dois grupos era de aproximadamente 10%, em 2010 essa diferença subiu para aproximadamente 26,5%. Em outras palavras, ambos os grupos ganharam no período, porém os migrantes ganharam mais. O percentual de indivíduos com pelo menos o ensino médio completo entre os migrantes era aproximadamente 2 pontos percentuais superior ao dos não migrantes em 2000, passando para mais que 6 em 2010. Logo, é normal que os migrantes ganhem mais, dado que possuem, em média, maior educação formal. O objetivo deste trabalho é investigar se este diferencial é todo devido a diferenças educacionais e de características observadas, ou se existem fatores não observados que levam a um aumento ou diminuição dessa diferença.

Analisando o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, percebemos que apesar das mulheres serem mais educadas, tanto em 2000 quanto em 2010, auferem rendimentos consideravelmente inferiores aos percebidos pelos homens, o que indica a possibilidade de presença de discriminação de gênero. Soares (2000) argumenta que das três fontes possíveis de discriminação (formação, inserção e definição salarial), é da terceira que as mulheres sofrem, dado que possuem melhor formação que os homens e se inserem em ocupações ou vivem em regiões similares. Ainda segundo o autor, os

negros sofrem discriminação nas duas primeiras etapas citadas. Aqui observa-se que os ganhos dos indivíduos não brancos são bem inferiores aos dos brancos, assim como o nível educacional, evidenciando uma discriminação na formação desse trabalhador. Por serem menos educados, é provável que estejam em ocupações mais precárias, como argumenta Soares (2000). A boa notícia é que houve queda, no período, do diferencial de rendimentos. Enquanto em 2000 essa diferença entre brancos e não brancos era de aproximadamente 92%, em 2010 passou para aproximadamente 69%.

Mesmo sendo evidente a seleção positiva dos migrantes, principalmente em 2010, os homens nativos recebem maiores remunerações do que as mulheres migrantes, mesmo estas tendo níveis educacionais bem superiores. Em 2000, as mulheres brancas eram as mais educadas, porém, em média, seus salários eram inferiores aos salários dos homens brancos, homens migrantes, homens nativos. Só era superior ao dos homens não brancos. As mulheres não brancas recebiam os piores salários, apesar de não pertencerem ao grupo menos escolarizado. Em 2010, os migrantes brancos passam a ser os mais escolarizados e também recebem os maiores rendimentos. Educação formal e rendimentos melhoraram para todos os grupos, porém homens não brancos continuam sendo os menos escolarizados e mulheres não brancos continuam recebendo, em média, os piores rendimentos.

Os resultados apresentados nesta seção parecem indicar a presença de discriminação tanto de gênero quanto de raça, em Minas Gerais. Pode-se perceber uma melhora entre 2000 e 2010, mas o padrão de discriminação ainda persiste. Atrelado ao fator migração, pode-se chegar a diferenças expressivos de rendimentos entre estes grupos.

Tabela 2 - Comparação entre os Rendimentos mensais e Escolaridade

Grupo	2000		2010	
	Rendimento Mensal do trabalho	Percentual de indivíduos com pelo menos ensino médio completo	Rendimento Mensal do trabalho	Percentual de indivíduos com pelo menos ensino médio completo
Migrantes	1020,08	29,58	1635,04	47,42
Nativos	927,11	27,49	1292,72	40,91
Homens	1072,73	21,75	1511,69	35,32
Mulheres	703,60	37,86	1047,70	49,91
Brancos	1191,75	35,20	1672,08	50,07
Não brancos	619,36	18,38	991,88	33,43
Homens migrantes	1195,82	25,31	1873,34	42,83
Homens nativos	1058,68	21,35	1480,24	34,66
Mulheres migrantes	701,73	37,31	1230,70	55,20
Mulheres nativas	703,80	37,91	1034,80	49,55
Homens brancos	1383,43	28,17	1942,07	43,36
Homens não brancos	701,74	14,08	1132,94	28,23
Mulheres brancas	879,41	46,65	1315,95	58,91
Mulheres não brancas	469,99	26,18	784,16	41,08
Migrantes brancos	1296,52	38,60	2152,07	59,35
Migrantes não brancos	682,05	18,55	1169,30	36,67
Nativos brancos	1180,16	34,82	1634,16	49,33
Nativos não brancos	612,31	18,36	977,52	33,17

Fonte: Elaboração própria utilizando dados dos Censos 2000 e 2010.

Apesar dos indícios de discriminação encontrados na tabela 2, para o uma maior clareza do padrão apresentado é preciso analisar também os padrões de ocupação de diferentes grupos. Na tabela 3 são apresentadas as ocupações para migrantes, não migrantes, homens, mulheres, brancos e não brancos. Além disso, na última coluna consta a renda média de cada grupo ocupacional. Percebe-se o que o rendimento médio do trabalho cresceu para todos os grupos, com exceção dos empregadores.

Com relação aos migrantes e não migrantes não se observa diferenças muito expressivas. Percebe-se que os migrantes apresentavam um percentual menor de trabalhadores domésticos em 2000, 8,89% contra 11,50% dos nativos, e passaram a ter um percentual superior em 2010, 8,93% contra 7,77%. Porém, em ambos os períodos, o percentual de empregadores e conta-próprias, que são os trabalhadores mais bem remunerados em média, é superior em favor aos migrantes, 26,5 e 21,05% em 2000 e 27,87 e 22,82% em 2010, para migrantes e não migrantes respectivamente.

Em se tratando das diferenças de gênero, as discrepâncias são mais acentuadas. Enquanto o percentual de trabalhadores domésticos entre as mulheres passa dos 20% em ambos os anos, entre os homens gira em torno de 1%. No extremo oposto, entre as mulheres, 20,83% eram empregadoras ou trabalhavam por conta-própria em 2000 e 21,19% em 2010, entre os homens, os percentuais são de 30,75 e 31,02%, respectivamente em 2000 e 2010. Essas diferenças podem ajudar a explicar os motivos pelos quais os diferenciais ainda persistem.

Com relação à cor os padrões são similares aos observados para a comparação entre homens e mulheres, sendo também importantes para explicar os diferenciais de ganhos entre os grupos de brancos e não brancos.

Tabela 3 - Posição na ocupação por condição de migração, gênero e cor

	Migrante	Nativo	Homem	Mulher	Não Branco	Branco	Rendimento médio
2000							
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,05	4,48	0,48	7,82	4,34	2,27	344,29
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5,84	7,02	0,46	15,36	7,96	4,35	225,77
Empregado com carteira de trabalho assinada	36,18	39,2	39,05	32,1	36,68	36,33	869,19
Empregado sem carteira de trabalho assinada	28,42	28,24	29,26	26,94	30,19	26,96	685,61
Empregador	3,36	2,64	3,93	2,2	1,34	4,86	4692,21
Conta-própria	23,14	18,41	26,82	15,58	19,49	25,23	1083,91
	100	100	100	100	100	100	936,44
2010							
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,86	3,22	0,41	8,93	4,78	2,73	591,99
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5,07	4,5	0,41	12	6,28	3,65	392,07
Empregado com carteira de trabalho assinada	48,27	53,47	51,45	44,44	49,42	47,81	1244,79
Empregado sem carteira de trabalho assinada	14,93	15,98	16,7	12,45	16,62	13,22	799,43
Empregador	2,65	2,46	2,99	2,1	1,3	4,11	4592,04
Conta-própria	25,22	20,36	28,03	20,08	21,59	28,48	1469,57
	100	100	100	100	100	100	1254,29

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos 2000 e 2010.

4.2. Regressão Quantílica

Com relação aos resultados econométricos, primeiramente são apresentadas as regressões quantílicas para migrantes e para não migrantes, para os anos de 2000 e 2010. Procura-se avaliar os determinantes dos rendimentos em cada percentil analisado, sendo escolhidos os percentis 10, 25, 50, 75 e 90.

Como esperado, ser do sexo feminino afeta negativamente os ganhos, sejam essas mulheres migrantes ou nativas. Observa-se que homens apresentam maiores vantagens de rendimentos nos percentis superiores, o que corrobora a hipótese de *glass ceiling* (teto de vidro). Teto de vidro pode ser entendido como uma barreira que impede o acesso de mulheres em ocupações de melhores rendimentos (ALBRECHT; BJORKLUND; VROMAN, 2003). Isso vai de encontro ao que defende Soares (2010), que como afirmado anteriormente, argumenta que a discriminação das mulheres não ocorre na inserção. Além disso, para os percentis 75 e 90, a importância do gênero cresceu entre 2000 e 2010, sugerindo que o problema persiste no mercado de trabalho brasileiro. Percebe-se que o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres continua elevado, tanto entre os migrantes quanto entre os não migrantes.

Machado e Mata (2005) afirmam que existem evidências de que a educação tem um maior efeito sobre os salários dos indivíduos no topo da distribuição salarial, e menor na base. Em outras palavras, de acordo com estudos empíricos, indivíduos mais educados apresentam distribuições salariais mais desiguais. Como pode ser visto nas tabelas 4,5,6 e 7, tanto para migrantes quanto para não migrantes, em 2000 e 2010, essa

hipótese se confirma, dado que no topo da distribuição o efeito da escolaridade sobre os rendimentos é mais forte do que nos percentis inferiores.

A idade aparenta perder influência sobre os rendimentos entre 2000 e 2010, para ambos os grupos comparados, porém a remuneração cresce de acordo com a idade, como esperado, porém, o efeito em 2000 é mais forte nos percentis inferiores e, em 2010, o efeito é mais forte nos percentis superiores. Porém, quando a idade se torna muito elevada (efeito capitado pela variável *idade2*) os rendimentos decrescem, o que também era esperado. Com relação a cor, como esperado, ser de cor não branca afeta negativamente os rendimentos, tanto para migrantes quanto para não migrantes. É importante destacar que o efeito da cor sobre os rendimentos, em 2000, é bastante similar entre os diferentes percentis. Já em 2010, o efeito é menor nos percentis inferiores e maior nos superiores, sugerindo um problema de inserção dos brancos nas ocupações de maior remuneração. Ademais, a cor é mais importante para explicar diferenciais de rendimentos entre não migrantes, em comparação aos migrantes.

Com relação à posição na ocupação, assim como em Rocha, Campos e Bittencourt (2010), os resultados mostram que o efeito negativo da não posse de carteira de trabalho assinada é mais forte nos menores percentis de renda. Inclusive, em 2000, para o percentil 90, tanto migrantes quanto não migrantes que não possuíam carteira assinada, ganhavam mais que trabalhadores domésticos com carteira. Em 2010, em todos os percentis analisados, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada eram mais bem remunerados que empregados sem carteira. Em 2000, o trabalhador por conta-própria apresenta rendimentos inferiores aos trabalhadores domésticos com carteira assinada, quando pertencem aos percentis mais baixos de renda (10 e 25), sendo que este padrão se inverte nos percentis mais altos. Já em 2010, o padrão favorável aos domésticos com carteira é visto até o percentil 50, depois o padrão muda. Esses dois resultados indicam uma melhoria nos rendimentos para os trabalhadores domésticos, sejam estes migrantes ou nativos.

Com relação às variáveis de residência em região metropolitana e residência em área rural, observa-se que viver em área metropolitana e/ou em uma área urbana influencia positivamente os rendimentos de ambos os grupos.

Como o foco do estudo é diferencial de rendimentos entre migrantes e não migrantes, iremos nos atentar agora para as diferenças para estes dois grupos. Em 2000, os efeitos de gênero, cor, residência em área metropolitana são mais evidentes entre os não migrantes, ou seja, os coeficientes são mais elevados. Os efeitos da educação formal são mais importantes para os migrantes. Em 2010, os coeficientes são mais elevados, em magnitude, em favor dos não migrantes para a variável de cor e para *dummy* que define se o trabalhador vive em área metropolitana. Os coeficientes da variável sexo são mais elevados entre os migrantes, assim como para nível de instrução. O retorno maior à educação percebido pelos migrantes pode ser mais um indicio da seletividade destes indivíduos.

De maneira geral, os resultados das regressões quantílicas apresentados nesta seção mostram que as variáveis explicativas respondem de forma diferenciada a depender da faixa de rendimento que o indivíduo se encontra.

Tabela 4 - Resultados da Regressão Quantílica para o grupo de migrantes – 2000

Variáveis	Percentil				
	10	25	50	75	90
Sexo (masculino omitido)	-0,325***	-0,345***	-0,407***	-0,455***	-0,454***
	(0,0089)	(0,0056)	(0,0066)	(0,0066)	(0,0098)
Cor (não brancos omitido)	0,132***	0,132***	0,136***	0,136***	0,151***
	(0,0066)	(0,0051)	(0,0047)	(0,0052)	(0,0084)
Nível de Instrução (sem instrução e fundamental incompleto omitido)					
Fundamental Completo e Médio incompleto	0,238***	0,239***	0,254***	0,312***	0,363***
	(0,0101)	(0,0074)	(0,0068)	(0,0092)	(0,0122)
Médio completo e superior incompleto	0,474***	0,517***	0,642***	0,822***	0,919***
	(0,0111)	(0,0089)	(0,0086)	(0,0083)	(0,0113)
Superior Completo	0,918***	1,255***	1,561***	1,779***	1,870***
	(0,0254)	(0,0189)	(0,0182)	(0,0213)	(0,0211)
Idade	0,074***	0,062***	0,059***	0,061***	0,062***
	(0,0020)	(0,0014)	(0,0015)	(0,0018)	(0,0031)
Idade ao quadrado	-0,001***	-0,001***	-0,001***	-0,001***	-0,001***
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
Vive em companhia de cônjuge? (sim omitido)					
Não, mas viveu	-0,090***	-0,056***	-0,069***	-0,088***	-0,079***
	(0,0140)	(0,0098)	(0,0087)	(0,0095)	(0,0153)
Nunca viveu	-0,122***	-0,139***	-0,165***	-0,166***	-0,169***
	(0,0086)	(0,0077)	(0,0079)	(0,0078)	(0,0116)
Posição na Ocupação (trabalhador doméstico com carteira omitido)					
Trabalhador doméstico sem carteira	-0,701***	-0,473***	-0,319***	-0,282***	-0,232***
	(0,0227)	(0,0144)	(0,0118)	(0,0137)	(0,0167)
Empregado com carteira assinada	0,020	0,080***	0,109***	0,113***	0,172***
	(0,0137)	(0,0103)	(0,0097)	(0,0117)	(0,0175)
Empregado sem carteira assinada	-0,339***	-0,171***	-0,087***	-0,013	0,097***
	(0,0150)	(0,0113)	(0,0097)	(0,0129)	(0,0168)
Empregador	0,439***	0,703***	0,905***	1,168***	1,538***
	(0,0295)	(0,0301)	(0,0239)	(0,0360)	(0,0431)
Conta própria	-0,377***	-0,100***	0,124***	0,296***	0,552***
	(0,0179)	(0,0134)	(0,0115)	(0,0150)	(0,0234)
Vive em região metropolitana? (não omitido)	0,139***	0,143***	0,137***	0,120***	0,112***
	(0,0074)	(0,0062)	(0,0054)	(0,0062)	(0,0087)
Área urbana ou rural? (urbana omitida)	-0,173***	-0,169***	-0,195***	-0,232***	-0,255***
	(0,0084)	(0,0070)	(0,0060)	(0,0077)	(0,0117)
Constante	4,221***	4,594***	4,924***	5,178***	5,359***
	(0,0397)	(0,0281)	(0,0289)	(0,0352)	(0,0583)
Observações	83321	83321	83321	83321	83321

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações.

Notas: a) Em parênteses os erros padrões .

b) *** p<0,001, ** p<0,01, * p<0,05

Tabela 5 - Resultados da Regressão Quantílica para o grupo de não migrantes - 2000

Variáveis	Percentil				
	10	25	50	75	90
Sexo (masculino omitido)	-0,311***	-0,300***	-0,357***	-0,396***	-0,424***
	(0,0026)	(0,0018)	(0,0016)	(0,0021)	(0,0032)
Cor (não brancos omitido)	0,176***	0,164***	0,168***	0,174***	0,180***
	(0,0023)	(0,0016)	(0,0014)	(0,0018)	(0,0027)
Nível de Instrução (sem instrução e fundamental incompleto omitido)					
Fundamental Completo e Médio incompleto	0,266***	0,249***	0,246***	0,281***	0,327***
	(0,0031)	(0,0022)	(0,0020)	(0,0027)	(0,0041)
Médio completo e superior incompleto	0,491***	0,506***	0,588***	0,710***	0,819***
	(0,0031)	(0,0022)	(0,0020)	(0,0026)	(0,0039)
Superior Completo	0,905***	1,206***	1,463***	1,614***	1,695***
	(0,0049)	(0,0034)	(0,0030)	(0,0039)	(0,0059)
Idade	0,072***	0,060***	0,058***	0,056***	0,055***
	(0,0004)	(0,0003)	(0,0003)	(0,0004)	(0,0006)
Idade ao quadrado	-0,001***	-0,001***	-0,001***	-0,001***	-0,001***
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
Vive em companhia de cônjuge? (sim omitido)					
Não, mas viveu	-0,075***	-0,053***	-0,064***	-0,071***	-0,080***
	(0,0039)	(0,0028)	(0,0025)	(0,0032)	(0,0048)
Nunca viveu	-0,159***	-0,169***	-0,192***	-0,202***	-0,200***
	(0,0028)	(0,0021)	(0,0019)	(0,0025)	(0,0037)
Posição na Ocupação (trabalhador doméstico com carteira omitido)					
Trabalhador doméstico sem carteira	-0,719***	-0,517***	-0,341***	-0,290***	-0,230***
	(0,0077)	(0,0055)	(0,0049)	(0,0064)	(0,0095)
Empregado com carteira assinada	0,024***	0,109***	0,151***	0,165***	0,194***
	(0,0069)	(0,0049)	(0,0044)	(0,0056)	(0,0084)
Empregado sem carteira assinada	-0,353***	-0,152***	-0,053***	0,013*	0,085***
	(0,0069)	(0,0049)	(0,0044)	(0,0056)	(0,0084)
Empregador	0,499***	0,810***	1,070***	1,326***	1,712***
	(0,0094)	(0,0066)	(0,0059)	(0,0076)	(0,0113)
Conta própria	-0,424***	-0,118***	0,122***	0,314***	0,549***
	(0,0072)	(0,0050)	(0,0045)	(0,0057)	(0,0085)
Vive em região metropolitana? (não omitido)	0,187***	0,200***	0,209***	0,222***	0,227***
	(0,0026)	(0,0018)	(0,0016)	(0,0021)	(0,0031)
Área urbana ou rural? (urbana omitida)	-0,291***	-0,249***	-0,248***	-0,225***	-0,180***
	(0,0028)	(0,0020)	(0,0018)	(0,0023)	(0,0034)
Constante	4,116***	4,487***	4,781***	5,074***	5,316***
	(0,0117)	(0,0082)	(0,0074)	(0,0098)	(0,0154)
Observações	759209	759209	759209	759209	759209

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações.

Notas: a) Em parênteses os erros padrões.

b) *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

Tabela 6 - Resultados da Regressão Quantílica para o grupo de migrantes - 2010

Variáveis	Percentil				
	10	25	50	75	90
Sexo (masculino omitido)	-0,316*** (0,0129)	-0,337*** (0,0073)	-0,420*** (0,0061)	-0,502*** (0,0082)	-0,535*** (0,0123)
Cor (não brancos omitido)	0,070*** (0,0072)	0,080*** (0,0046)	0,099*** (0,0050)	0,127*** (0,0072)	0,148*** (0,0104)
Nível de Instrução (sem instrução e fundamental incompleto omitido)					
Fundamental Completo e Médio incompleto	0,087*** (0,0091)	0,132*** (0,0078)	0,143*** (0,0065)	0,184*** (0,0086)	0,233*** (0,0148)
Médio completo e superior incompleto	0,248*** (0,0114)	0,256*** (0,0076)	0,341*** (0,0062)	0,482*** (0,0101)	0,603*** (0,0143)
Superior Completo	0,717*** (0,0144)	0,914*** (0,0135)	1,214*** (0,0156)	1,454*** (0,0143)	1,618*** (0,0191)
Idade	0,032*** (0,0036)	0,028*** (0,0026)	0,034*** (0,0020)	0,039*** (0,0028)	0,042*** (0,0044)
Idade ao quadrado	-0,000*** (0,0000)	-0,000*** (0,0000)	-0,000*** (0,0000)	-0,000*** (0,0000)	-0,000*** (0,0001)
Vive em companhia de cônjuge? (sim omitido)					
Não, mas viveu	0,010 (0,0066)	0,026*** (0,0076)	0,010 (0,0064)	-0,021* (0,0091)	-0,021 (0,0144)
Nunca viveu	-0,063*** (0,0096)	-0,060*** (0,0064)	-0,080*** (0,0070)	-0,102*** (0,0097)	-0,115*** (0,0124)
Posição na Ocupação (trabalhador doméstico com carteira omitido)					
Trabalhador doméstico sem carteira	-1,176*** (0,0319)	-0,798*** (0,0181)	-0,490*** (0,0174)	-0,252*** (0,0192)	-0,255*** (0,0240)
Empregado com carteira assinada	0,018 (0,0173)	-0,007 (0,0092)	0,058*** (0,0111)	0,139*** (0,0150)	0,190*** (0,0219)
Empregado sem carteira assinada	-0,582*** (0,0230)	-0,305*** (0,0144)	-0,213*** (0,0120)	-0,100*** (0,0145)	-0,011 (0,0211)
Empregador	0,139* (0,0626)	0,481*** (0,0314)	0,691*** (0,0300)	0,943*** (0,0471)	1,250*** (0,0615)
Conta própria	-0,570*** (0,0231)	-0,224*** (0,0123)	-0,030* (0,0133)	0,193*** (0,0203)	0,425*** (0,0253)
Vive em região metropolitana? (não omitido)	0,053*** (0,0069)	0,080*** (0,0058)	0,080*** (0,0058)	0,099*** (0,0087)	0,102*** (0,0117)
Área urbana ou rural? (urbana omitida)	-0,111*** (0,0121)	-0,140*** (0,0068)	-0,152*** (0,0067)	-0,189*** (0,0079)	-0,239*** (0,0114)
Constante	5,549*** (0,0721)	5,784*** (0,0521)	5,838*** (0,0419)	5,915*** (0,0579)	6,053*** (0,0829)
Observações	57808	57808	57808	57808	57808

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações.

Notas: a) Em parentêses os erros padrões .

b) *** p<0,001, ** p<0,01, * p<0,05

Tabela 7 - Resultados da Regressão Quantílica para o grupo de não migrantes - 2010

Variáveis	Percentil				
	10	25	50	75	90
Sexo (masculino omitido)	-0,299***	-0,302***	-0,337***	-0,413***	-0,468***
	(0,0008)	(0,0013)	(0,0012)	(0,0016)	(0,0031)
Cor (não brancos omitido)	0,104***	0,121***	0,114***	0,147***	0,172***
	(0,0007)	(0,0012)	(0,0010)	(0,0014)	(0,0027)
Nível de Instrução (sem instrução e fundamental incompleto omitido)					
Fundamental Completo e Médio incompleto	0,158***	0,148***	0,173***	0,213***	0,249***
	(0,0009)	(0,0016)	(0,0015)	(0,0021)	(0,0040)
Médio completo e superior incompleto	0,279***	0,266***	0,325***	0,435***	0,535***
	(0,0009)	(0,0015)	(0,0014)	(0,0019)	(0,0038)
Superior Completo	0,653***	0,785***	1,046***	1,299***	1,474***
	(0,0013)	(0,0022)	(0,0020)	(0,0028)	(0,0054)
Idade	0,023***	0,022***	0,028***	0,033***	0,037***
	(0,0003)	(0,0004)	(0,0004)	(0,0006)	(0,0011)
Idade ao quadrado	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)
Vive em companhia de cônjuge? (sim omitido)					
Não, mas viveu	-0,016***	-0,015***	-0,027***	-0,036***	-0,044***
	(0,0010)	(0,0017)	(0,0015)	(0,0021)	(0,0040)
Nunca viveu	-0,120***	-0,108***	-0,128***	-0,169***	-0,182***
	(0,0009)	(0,0015)	(0,0014)	(0,0019)	(0,0037)
Posição na Ocupação (trabalhador doméstico com carteira omitido)					
Trabalhador doméstico sem carteira	-1,198***	-0,843***	-0,521***	-0,250***	-0,224***
	(0,0023)	(0,0039)	(0,0035)	(0,0048)	(0,0092)
Empregado com carteira assinada	-0,001	-0,024***	0,049***	0,105***	0,145***
	(0,0019)	(0,0033)	(0,0030)	(0,0041)	(0,0078)
Empregado sem carteira assinada	-0,621***	-0,344***	-0,195***	-0,108***	-0,044***
	(0,0020)	(0,0034)	(0,0031)	(0,0043)	(0,0082)
Empregador	0,266***	0,492***	0,798***	1,052***	1,333***
	(0,0029)	(0,0050)	(0,0045)	(0,0061)	(0,0118)
Conta própria	-0,555***	-0,230***	-0,022***	0,213***	0,430***
	(0,0020)	(0,0034)	(0,0031)	(0,0042)	(0,0080)
Vive em região metropolitana? (não omitido)	0,120***	0,138***	0,150***	0,184***	0,209***
	(0,0008)	(0,0014)	(0,0013)	(0,0017)	(0,0033)
Área urbana ou rural? (urbana omitida)	-0,300***	-0,235***	-0,209***	-0,206***	-0,198***
	(0,0009)	(0,0015)	(0,0014)	(0,0019)	(0,0037)
Constante	5,631***	5,812***	5,820***	5,885***	6,006***
	(0,0058)	(0,0100)	(0,0091)	(0,0124)	(0,0238)
Observações	673103	673103	673103	673103	673103

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações.

Notas: a) Em parentêses os erros padrões.

b) *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

4.3. Decomposição de Junh, Murphy e Pierce

A decomposição de Junh, Murphy e Pierce foi realizada para os percentis 10, 25, 50, 75 e 90. Pois, como já mostrado anteriormente, as variáveis de controle, em especial o nível de instrução, exercem efeito sobre os ganhos de forma diferenciada nos diferentes pontos da distribuição dos ganhos. O método é simples, e consiste em se utilizar as variáveis de controle (efeito quantidade), os coeficientes estimados (efeitos-preço) e os resíduos das regressões (efeitos não-observáveis) para reconstruir de forma sequencial a distribuição de rendimentos (ULYSSEA, 2007). Desta forma, é possível analisar a contribuição de cada elemento mencionado ao diferencial de rendimentos.

Como pode ser visto nas tabelas 8 e 9, o diferencial total é o mesmo em todos os percentis, o que varia são os componentes, tendo caído consideravelmente entre 2000 e 2010, passando de aproximadamente 0,16 para um pouco menos de 0,11. Percebe-se que quanto maior o percentil, menor a importância das características observáveis dos trabalhadores (Q), porém maior o retorno a tais características (P). Esse resultado é esperado, pois entre aqueles que recebem altos rendimentos, é de se esperar que as habilidades observadas sejam similares, logo contribuem menos para o diferencial de rendimentos. Porém, assumindo que migrantes são positivamente selecionados, o retorno a estas características observáveis pode ser maior. Em outras palavras, não é o fato de um migrante possuir maior educação formal ou experiência o mais importante para explicar o diferencial de rendimentos nos percentis mais elevados, mas sim o fato de ele receber maiores rendimentos a, por exemplo 15 anos de estudo, do que um não migrante com características observáveis similares. Um resultado interessante para 2000, é que o efeito-quantidade chega a ser negativo no percentil 90. Ou seja, os nativos levam vantagem nesse quesito, entre os mais bem remunerados. Tal efeito desaparece em 2010.

Dadas as vantagens apresentadas pelos migrantes, tanto com relação aos efeitos-quantidade, quanto aos efeitos-preço, não há motivo para argumentar sobre discriminação quando se compara ganhos de migrantes e não migrantes.

Apesar das características observáveis (Q), em comparação ao retorno a estas características (P), serem menos importantes para explicar a desigualdade de rendimentos entre os grupos analisados, percebe-se que sua importância cresceu no período. Comparando os dois percentis extremos, analisando apenas os efeitos observáveis (excluindo U), se em 2000 o efeito-quantidade explicava 46,4% da desigualdade no percentil 10, em 2010 passou a explicar 56% dos diferenciais no mesmo percentil. Para o percentil 90, em 2000, o efeito-quantidade contribuía negativamente para os diferenciais entre migrantes e não migrantes, já em 2010 passou a explicar 24,8% dos diferenciais. Esse resultado mostra que a questão da seletividade com relação as características observáveis entre os migrantes não apenas está presente no mercado de trabalho mineiro, mas também cresceu de importância no período.

Sobre as habilidades não observadas, entre 2000 e 2010, percebe-se que aparentemente mudou-se o padrão do migrante, ou, mudou-se o padrão de remuneração aos migrantes, no que tange habilidades não observadas. Em 2000, nos percentis mais baixos (10 e 25), os efeitos não observados contribuem para que as diferenças sejam menores, e nos perfis mais elevados, ocorre o oposto. Resumindo, em 2000, apenas os migrantes nos percentis mais elevados aparentam serem positivamente selecionados com relação às habilidades não observadas. Habilidades não observáveis são responsáveis por aproximadamente 3% da diferença no percentil 50, 4% no percentil 75 e 13% no percentil 90.

Em 2010, percebe-se que nos três primeiros percentis, se não houvesse os efeitos não observados, o diferencial de rendimentos seria menor. Em outras palavras, habilidades individuais não observáveis explicam aproximadamente 12% da desigualdade no percentil 10, 25% no percentil 25 e 5% no percentil 50. Grande parte da literatura defende que os migrantes são positivamente selecionados, não apenas por serem mais educados, mas sim por serem mais produtivos. Por isso, não é surpresa que esse fator se mostre mais importante para explicar a desigualdade nos rendimentos nos percentis inferiores, dado que o nível educacional é menos importante nestes quantis.

Já nos percentis 75 e 90, onde estão os trabalhadores mais educados, o efeito é oposto, ou seja, os efeitos não observáveis contribuem para uma menor desigualdade dos rendimentos entre migrantes e não migrantes. Como afirmado na seção anterior, é esperado que o nível de instrução exerça maior influência nos rendimentos no topo da distribuição, porém não era esperado que estes coeficientes fossem negativos. Se não fosse por esses efeitos não observados, o diferencial seria aproximadamente 33% maior no percentil 75 e 51% maior no percentil 90. A explicação que mais plausível é com relação a inserção. Soares (2000) argumenta que um diferencial de rendimentos entre duas pessoas com características produtivas idênticas pode ser devido a dois fatores: o trabalhador pode estar inserido em um setor que remunera mal seus ocupantes, enquanto o outro está em um que remunera melhor, ou o trabalhador que recebe menos pode estar em uma ocupação menos formal, enquanto o outro em uma mais formal. Resumindo, o diferencial surge da inserção. Analogamente, podemos pensar que indivíduos que recebem rendimentos semelhantes, mas que, possuem níveis educacionais distintos, também possam estar inseridos em ocupações que pagam de forma diferenciada. Dado que os migrantes estão há no máximo cinco anos na localidade, é de se esperar que os nativos possuam vantagens no processo de inserção no mercado de trabalho, apesar de terem nível de instrução médio e rendimentos médios piores.

A principal lição que se pode tirar destes resultados é que são dois os fatores que principais que levam os migrantes a serem melhor remunerados em Minas Gerais: possuem melhores características observáveis e são mais bem remunerados por elas.

Tabela 8 - Decomposição de Juhn-Murphy-Pierce - 2000

Percentil	T	Q	P	U
10	0,108948	0,057130	0,065915	-0,014097
25	0,108948	0,046180	0,064596	-0,001827
50	0,108948	0,035787	0,069871	0,003290
75	0,108948	0,019712	0,084532	0,004705
90	0,108948	-0,002895	0,097485	0,014359

T = Diferença total (migrante - nativo)

Q= Contribuição da diferenças nas quantidades observadas

P = Contribuição da diferenças nos preços observados

U = Contribuição da diferenças nas quantidades e preços não observados

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações.

Tabela 9 - Decomposição de Juhn-Murphy-Pierce - 2010

Percentil	T	Q	P	U
10	0,160340	0,079074	0,062184	0,019082
25	0,160340	0,062202	0,066592	0,031546
50	0,160340	0,062107	0,090513	0,007720
75	0,160340	0,058572	0,119899	-0,018132
90	0,160340	0,049557	0,150202	-0,039419

T = Diferença total (migrante - nativo)

Q= Contribuição da diferenças nas quantidades observadas

P = Contribuição da diferenças nos preços observados

U = Contribuição da diferenças nas quantidades e preços não observados

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo contribuir para a análise dos determinantes dos diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes no Brasil, através de dados dos Censos 2000 e 2010. Para tanto, utiliza-se aqui uma metodologia de análise contrafactual, a decomposição de Juhn, Murphy e Pierce (1993). De maneira geral, os exercícios realizados consistem em analisar os diferenciais de rendimentos em diferentes pontos da distribuição.

As decomposições mostram que as habilidades não observadas dos indivíduos são importantes para explicar os diferenciais de rendimentos, sendo que para o período mais recente, nos quantis inferiores (10, 25 e 50), compostos por trabalhadores que recebem menores rendimentos, se não existissem essas habilidades não observadas, os diferenciais seriam menores. Em outras palavras, as habilidades não observáveis contribuem para a desigualdade de rendimentos entre migrantes e não migrantes nos percentis inferiores. Vale ressaltar que em 2000 os resultados para tais características não são os mesmos, o que levanta a questão: o perfil mudou ou a remuneração a tal características mudou? É provável que a segunda opção seja a correta, dado que a desigualdade cresceu no período, um indicio de que os migrantes ainda são positivamente selecionados.

A principal conclusão e contribuição do trabalho é a de que a desigualdade de rendimentos entre migrantes e não migrantes, em Minas Gerais, que cresceu consideravelmente entre 2000 e 2010, tem com base dois fatores principais: primeiro, os migrantes apresentam melhores características observáveis; e, segundo, são mais bem remunerados por estas características. Além disso, estas características variam em importância quando olhamos para em qual parte da distribuição dos ganhos estes trabalhadores se encontram. No geral os efeitos-quantidade (escolaridade, experiência, etc.) apresentam menor importância que os efeitos-preço (retorno às características observáveis). Porém, o efeito de características observáveis cresceu em importância no período, no sentido de explicar a desigualdade de rendimentos entre migrantes e não migrantes.

Portanto, a ideia de que possa existir discriminação contra migrantes no mercado de trabalho em Minas Gerais, não parece ser crível, pois os resultados neste trabalho, assim como em grande parte da literatura sobre o tema, mostram que os migrantes são os que recebem os melhores salários. É preciso ressaltar que o enfoque do trabalho é apenas financeiro, não entrando em detalhes sobre questões com adaptação do migrante ao local de destino, aos custos não pecuniários da mudança, etc.

Conclui-se, desta forma, como defende grande parte da literatura, que os migrantes realmente são positivamente selecionados, porém entre os com maior educação formal, principalmente em 2010, não é possível adquirir o rendimento esperado, ou a diferença de rendimento esperada, dadas suas maiores habilidades. Seguindo as ideias de Soares (2000), é provável que os migrantes estejam ganhando menos do que deveria nos quantis superiores ou por estarem inseridos em setores que remuneram mal ou por estarem no setor informal da economia.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, J., BJÖRKLUND, A. and VROMANIS, S. Is There a Glass Ceiling in Sweden? **Journal of Labor Economics**, v. 21, n.1, 2003.

AXELSSON, R.; WESTERLUND, O. A Panel Study of Migration, Self-Selection and Household Real Income. **Journal of Population Economics**, v. 11, p. 113–126, 1998.

BASKER, E. **Education, Job Search and Migration**. Columbia: University of Missouri, April 2003.

BATISTA, N. N. F.; CACCIAMALI, M. C. Wage differences between men and women according to condition of migration. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 1, p. 97–115, 2009.

BORJAS, G. J. **Labor Economics**. 3rd ed. McGraw-Hill/Irwin, 2004.

BORJAS, G. J. Self-Selection and the Earnings of Immigrants. **The American Economic Review**, v. 77, n. 4, p. 531–553, 1987.

BUCHINSKY, M. Changes in the U.S. Wage Structure 1963-1987: application of quantile regression. **Econometrica**, v. 62, n. 2, p. 405-458, 1994.

BUCHINSKY, M. Recent Advances in Quantile Regression Models: A Practical Guideline for Empirical Research. **Journal of Human Resources**, 33(1): 88-126. 1998.

DUSTMANN, C.; FADLON, I.; WEISS, Y. Return migration, human capital accumulation and the brain drain. **Journal of Development Economics**, v. 95, n. 1, p. 58–67, 2011.

FREGUGLIA, R. S. **Efeitos da migração sobre os salários no Brasil**. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n.81, p. 155-174, 2014.

HOLST, E.; SCHÄFER, A.; SCHROOTEN, M. Gender, Migration, Remittances: evidence from Germany. **SSRN eLibrary**, 2008.

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: Ipea, agosto de 2006 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

JUHN, C.; MURPHY, K.M.; PIERCE, B. Wage Inequality and the Rise in Returns to Skill. **Journal of Political Economy**, 101(3): 410-41. 1993.

KOENKER, R.; BASSET, G. Regression Quantiles. **Econometrica**, 46(1): 33-50, 1978.

MACHADO, J.A.F., MATA, J. 2005. Counterfactual Decomposition of Changes in Wage Distributions using Quantile Regression. *Journal of Applied Econometrics*, 20: 445–465.

PEREIRA, V. M. **O recente processo migratório interno brasileiro e seus determinantes**. 62 p. Dissertação (Mestrado) – ESALQ, Piracicaba, 2000.

ROCHA, M.; BITTENCOURT, M.; CAMPOS, M. A Evolução Das Desigualdades Por Categorias De Escolaridades Entre 1996 E 2004: uma análise com regressões quantílicas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 141-166, jan/abr. 2010.

RODRIGUES, C. G. A relação entre a expansão do acesso ao ensino e o desempenho escolar no Brasil: evidências com base no SAEB para o período de 1997 a 2005. **Tese Doutorado** – CEDEPLAR/UFMG. 2009.

SANTOS, C.; FERREIRA, C. F. Migração e Distribuição Regional de Renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 37, n. 3, dez. 2007.

SASAKI, E.M., ASSIS, G.O. Teorias das Migrações Internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP 2000**. Caxambu, outubro de 2000.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, p. 80–93, 1962.

SOARES, S. A distribuição dos rendimentos do trabalho e a queda da desigualdade de 1995 a 2009. **Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro: Ipea, n. 45, 2010 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

SOARES, S. **O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. Ipea, novembro de 2000. (Texto para discussão, n. 769).

ULYSSEA, G. **Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos no Brasil: uma análise empírica**. Ipea, fevereiro de 2007. (Texto para discussão, n. 1261).

YUN, M. Wage Differentials, Discrimination and Inequality: a cautionary note on the Junh, Murphy and Pierce Decomposition Method. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 56, n. 1, 2009.